

# ***POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E O INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE SUAS DISTINTAS FORMAS DE ATUAÇÃO COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM.***

**HENRIQUES, Fabiano Lopes (1), ARAÚJO, Paula Mara Cos ta de (2)**

(1) Autor. Pós Graduando em Gestão Pública. Centro de Educação à Distância-CEAD, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFES, Campus Colatina – ES. Engenheiro Agrônomo. Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável do Incaper. Email: [fabiano.henriques@incaper.es.gov.br](mailto:fabiano.henriques@incaper.es.gov.br)

(2) Orientadora. M.Sc em Administração Estratégica da FUCAPE. MBA em Finanças Corporativas pela FGV Departamento. Email: [paulaaraujo@ifes.edu.br](mailto:paulaaraujo@ifes.edu.br)

## **RESUMO**

O artigo propõe sintetizar e sistematizar os elementos teóricos e conceituais que dão suporte às ações do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, frente às Novas Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Procurando analisar os novos caminhos da Extensão Rural e inferir sobre a contribuição da instituição no Município de Itapemirim quanto à promoção do desenvolvimento rural sustentável.

O artigo abrange proposições teóricas sobre desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, extensão rural e indicadores de produtividade agrícola da ação investigatória através de questionários semi estruturados.

Os resultados demonstram que deve haver uma mudança geral entre os entes envolvidos, com a mobilização dos agricultores familiares na busca de acesso às informações que são imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável local, principalmente o acesso às Políticas Públicas para o fortalecimento da Agricultura Familiar.

### ***Palavras-chave:***

*Extensão rural. Agricultores familiares. Metodologias participativas. Organizações sociais. Políticas públicas.*

## 1 INTRODUÇÃO

Podemos entender porque é comum entre alguns autores afirmarem que desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, já que as ações extensionistas nas últimas cinco décadas eram ligadas ao desenvolvimento econômico como afirmam os autores (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Porém, ao contrário do que afirmam esses autores, Figueiredo (2001) entende que o desenvolvimento econômico não pode estar desassociado do desenvolvimento sustentável. Esse posicionamento entende Desenvolvimento Rural Sustentável como um processo de mudança gradual e que tem uma estratégia que impulsiona dinâmicas socioeconômicas ajustadas ao imperativo ambiental, à justiça e à solidariedade intra e intergeracional. Sendo assim, podemos estabelecer que:”

O Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS é defendido como um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional”. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 96)

Porém, para que esses ideais possam ser monitorados, independentemente da adoção de um conceito preciso de DRS, sob o enfoque agroecológico, (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 14) afirmam que “a sustentabilidade deve ser estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas”.

Torna-se necessário uma gestão compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, visando a implementação da Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no caso brasileiro e em especial no Espírito Santo, onde os usos dos recursos naturais conduzam a uma orientação adequada da sua perfeita aptidão para a necessidade de se propiciar a continuidade de sua finalidade, ou seja, garantir para as futuras gerações oportunidades de continuar obtendo sustento a partir do mesmo meio.

O desenvolvimento rural obedece a uma dinâmica de agregação de valores, entre estes os sociais e os econômicos, que levam à melhoria da qualidade de vida no meio rural. Podendo o exposto ser relatado da seguinte forma:”

Resulta, assim, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza e geração de riqueza, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente, mediada pela boa governança, pela organização da sociedade e pela distribuição dos ativos sociais “. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 113)

A forma de se promover o desenvolvimento deve priorizar a gestão social como fator preponderante nas ações demandadas, para que os assuntos públicos recebam a atenção necessária e de forma participativa.

O país passa por um processo de descentralização das políticas públicas, como podemos ver através das Novas Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo necessário destacar alguns pontos considerados fundamentais nesta forma de atuação, em particular no que tange em relação ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) em Itapemirim. Estão se fortalecendo as iniciativas locais que acabam por estabelecer novas formas de integração e troca entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividades.

Um novo enfoque dado à economia local é de que os grupos sociais rurais ainda não possuem mobilização e organização necessária, para que através da criação de canais dentro da estrutura governamental sejam viabilizados os caminhos para o controle social e a participação nas políticas públicas, obtendo-se uma forma de se rever o que foi feito nos processos da extensão rural e no desenvolvimento sustentável e de se abrir às oportunidades de mudança.

A orientação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é a descentralização da Ater pública através de um Sistema Nacional. Neste contexto de descentralização, o Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo – (SEAG) e o Incaper têm procurado focar suas ações na missão dos serviços públicos de Ater.

Essas ações propõem participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, e desconstruir um velho paradigma, que passou a não enxergar e agir de forma a pensar que educar é mais do que a transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida, pois só assim haverá eficácia, gerando transformações não somente nos agricultores familiares, mas também nos profissionais da Extensão Rural, que devem buscar metodologias que propiciem a busca da autonomia dos trabalhos executados pelos grupos sociais rurais.

Ante este panorama, questiona-se:

- Quais os entraves para a efetiva participação dos agricultores familiares do município de Itapemirim nos programas de Governo?

Escolhi este tema por entender a importância do momento que a extensão rural no Brasil vem assumindo, um momento de crescimento e transição, de se fazer uma verdadeira história da nossa extensão capixaba.

A contribuição para o diagnóstico da extensão rural beneficiará a maioria dos

agricultores de base familiar, levando os profissionais a verificarem o reflexo de sua realidade.

O trabalho visa diagnosticar as formas de ações do Incaper no município de Itapemirim, que possibilitem um acréscimo de melhorias no meio rural, visando o desenvolvimento sustentável, sendo respaldado por políticas públicas já existentes e direcionadas ao setor.

A atuação do Incaper encontra-se traduzida em diversas temáticas, que permitem ao agricultor familiar obter o aprendizado necessário para as melhorias proporcionadas por atividades agrícolas mais condizentes com a sua realidade.

O processo de desenvolvimento sustentável leva em consideração a atuação equilibrada de todos participantes (agricultores familiares, Incaper e sociedade civil).

O fomento proporcionado pelas políticas públicas necessariamente deve cumprir o estabelecido legalmente, para que possa ser proporcionado aos agricultores familiares na forma de organização social, podendo ser grupo, associação ou cooperativa, a execução dos objetivos já devidamente planejados, motivando-os a partilharem todas as suas conquistas, premissa fundamental da Extensão Rural, ou seja, utilização dos ensinamentos através da aplicação dos conhecimentos adquiridos durante as metodologias participativas.

Esta pesquisa propõe-se a avaliar as ações de assistência técnica e extensão rural do Incaper realizadas no Município de Itapemirim para atingir o desenvolvimento sustentável. Para isso se faz necessário:

- diagnosticar se o Incaper está contribuindo com o alcance do desenvolvimento sustentável pelo agricultor familiar;
- identificar e esclarecer os papéis que se estabelecem entre agricultores familiares, Incaper e sociedade civil com vistas ao desenvolvimento sustentável ;
- analisar as organizações sociais (Grupos, associações e cooperativas) no contexto de sua inserção nas políticas públicas que traduzam o desenvolvimento sustentável aos agricultores familiares ; e
- analisar a capacidade do Incaper de Itapemirim em viabilizar, por meio da extensão, a organização dos agricultores familiares e sua inserção no mercado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do pensamento de Lehman et al. (1993, p. 127) de que “a agricultura sustentável consiste em processos agrícolas”, verificamos que as atividades biológicas de crescimento e reprodução com a intenção de produzir culturas, que não comprometa nossa capacidade futura de praticar agricultura com sucesso, não exaurem nenhum recurso que seja essencial para a agricultura, observamos que o trabalho no meio rural exige essa forma de aprendizado, o que predispõe o trabalho do Incaper com os agricultores familiares sob essa premissa, e para tanto passa a ser primordial a multiplicação do conhecimento através da aplicação das metodologias participativas.

Foi, porém, a partir da publicação do "Relatório Bruntland: Desenvolvimento Sustentável", em 1987, que o termo passou a ser mundialmente conhecido e utilizado. Neste documento, desenvolvimento sustentável é definido como "aquele que atende às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas necessidades" (Pesquisa Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira. ANDI e Embaixada Britânica, p. única).

As políticas públicas de ATER, atualmente, estão centradas na Agenda XXI (ECO-92). Neste documento são capituladas tendências brandas, para consolidação de uma política que envolve diversos Ministérios, empresas privadas, sociedade civil, visando quebra de paradigmas para entendimentos e execução dos princípios úteis do desenvolvimento sustentável, nos levando, no curto, médio e longo prazo à melhoria da qualidade de vida. Com base nisso que este trabalho será traduzido em uma realidade para o Município de Itapemirim, permitindo diagnosticar se realmente o que é preconizado para execução pelo Incaper de Itapemirim encontra similaridade nas ações propostas pela Extensão Rural, de acordo com o modelo convencionado atualmente.

Como ratificado por (DIAS, 2004, s.p.):

“no âmbito da implementação de políticas públicas, as propostas de mudança que defendem a descentralização administrativa e a participação dos atores por elas envolvidos em sua gestão demandam, dos administradores públicos, o conhecimento das dinâmicas institucionais em que se realizarão um esforço de coordenação política e a definição de referenciais metodológicos e de processos de capacitação profissional”

A atuação do Incaper em Itapemirim torna-se fundamental, já que é a entidade que representa a administração pública na definição das metodologias que apresentarão alternativas de melhorias sustentáveis das práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares do Município, refletindo em uma produção que alcance valor através da agregação e da consolidação destes em trabalhos executados através de suas

respectivas organizações, principalmente através da conquista de mercados de comercialização.

De acordo com os trabalhos realizados pelo Incaper no município de Itapemirim, verificamos que a produção agrícola encontra-se representada através das seguintes culturas: café, feijão-preto, mandioca, pecuária, milho, banana, seringueira, coco, goiaba, laranja, mamão, maracujá, cana-de-açúcar, acerola, apicultura, horticultura, piscicultura e pesca, agroindústria e abacaxi, o que comprova que o Município possui aptidão para desenvolvimento de diversas atividades, e caso as cadeias produtivas sejam devidamente estabelecidas, agregando orientação técnica a capacidade produtiva através do aprendizado gerado pela aplicação das metodologias participativas desenvolvidas pelos técnicos do Incaper, aliado a necessidade do desenvolvimento das organizações sociais (principalmente associações comunitárias, com representação constante de membros da Agricultura Familiar), visando aquisição de oportunidades conquistadas através das políticas públicas existentes, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de outros programas de comercialização desenvolvidos, como as Feiras Municipais (estas subsidiada pela Prefeitura Municipal) e que garantem alternativa de renda aos agricultores familiares.

Durkheim tratava de saber por que os homens se mantinham em sociedade, ou seja, por que os agrupamentos humanos não costumavam se desfazer facilmente e, ao contrário, lutavam contra ameaças de desintegração. Ele elaborou o conceito de solidariedade social, no qual procurou mostrar como ela se constituía e se tornava responsável pela coesão social entre os homens e de que maneira variava segundo o tipo de organização social, dada a presença maior ou menor da divisão do trabalho e de uma consciência mais ou menos uniforme entre os membros de uma sociedade.

A organização surge como produto da união dos esforços individuais na perspectiva, de maneira conjunta, promover interesses específicos comuns ao grupo. (GONZALEZ, 1995).

A principal forma de organização dos agricultores familiares na região estudada são as associações de produtores rurais. Para Turra (2002: 8), “associação é um sistema de organização inserido na sociedade e com ela interage e estabelece relações de trocas sociais, políticas, legais, tecnológicas, econômicas, etc, influenciando e sofrendo influências”.

Segundo LAGO et al (2003), para lograrem êxito, as associações devem possuir objetivos claros, principalmente no que se refere a aspectos econômicos, e demonstrar aos agricultores que é necessário trabalharem juntos para alcançar esses objetivos.

A organização dos agricultores familiares em cooperativas ou associações visa promover a organização política, social e econômica dos agricultores familiares; reduzir os

custos de processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar; facilitar o fornecimento regular; e fortalecer as organizações já existentes da agricultura familiar, seja contribuindo para a sua capitalização, seja promovendo a profissionalização e o fortalecimento institucional, dotando-as de condições mais adequadas para disputar outros mercados, institucionais ou não, locais, regionais, nacionais e internacionais (Brasil, MDS, 2010a). Conforme explicitaram Moreira et al. (2010, p.211), “O PAA induz os agricultores familiares a aprofundarem seus laços de cooperação” e, alguns casos, tem contribuído à revitalização ou estruturação das cooperativas/associações e estimulado um incremento do número de associados ou de agricultores familiares atendidos por elas (Medeiros et al., 2011).

Porém, ocorre que a baixa capacidade de associativismo existente não tem possibilitado aos representantes da Agricultura Familiar de Itapemirim obterem acesso às Políticas Públicas, necessitando assim que o uso de metodologias participativas (como por exemplo oficinas, cursos e palestras) façam aflorar neste público-alvo já constituído principalmente na forma de Associações Comunitárias, viabilizarem sua inserção nas Políticas Públicas existentes. Estas formas de organização são requisitos previstos em Editais Públicos, não se limitando assim ao uso das Feiras Municipais somente, já que estas tem permitido a inserção do Agricultor Familiar de forma individualizada, não permitindo assim que estes alcancem a necessidade de uso de suas organizações sociais de acordo com o que é preconizado pelas demais Políticas Públicas.

Essa nova postura é cada vez mais requerida, dentro de um setor, que contribui de forma significativa com o desenvolvimento econômico e social de uma região. Atendendo também, desta forma as novas regras da competitividade que, “...

exigem uma nova postura das organizações...Essa nova postura requer mais administração, mais informação, mais capacidade de interpretação dos fatos, maior formação dos tomadores de decisão e parcerias estratégicas onde a noção de cadeias produtivas deve estar presente.” (LOSS; RODRIGUES, 1998, p.89).

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa pode ser classificada como descritiva, envolvendo a atuação do Escritório Local do Incaper de Itapemirim na promoção de Desenvolvimento Rural Sustentável do seu público-alvo (agricultores familiares), e foi realizada uma entrevista semi estruturada, com questões abertas, junto às referidas pessoas atendidas durante o primeiro semestre de 2015 apresentando uma abordagem qualitativa.

Buscou-se trazer significado aos procedimentos estabelecidos através da relação

entre os extensionistas e os agricultores familiares, por meio da descrição dos fatos que envolvem as ações propostas pelo Incaper em Itapemirim na busca do desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares, baseando-se em procedimentos técnicos previstos através de um estudo de caso.

Procurou-se conhecer a realidade de um grupo de pessoas representadas através de organizações sociais da agricultura familiar, analisando a eficácia das ações e metodologias propostas de acordo com objetivos almejados pelas Políticas Públicas Agrícolas no Município.

O questionário abordou os seguintes itens: Nome do agricultor familiar, tipo de organização social a que pertence (grupo/mutirão, associação, cooperativa, sindicato, entre outros), fatores limitantes à participação de agricultores familiares em políticas públicas (falta de conhecimento, falta de estímulo através das organizações sociais, falta de capacitação, falta de organização do Poder Público e dos agricultores), sugestões para mudar a situação (mais diálogo, mais divulgação/informação, mais compromisso do Poder Público).

Com a finalidade de facilitar a operacionalização das variáveis, bem como a análise destas no campo de pesquisa, previamente foi estabelecido que elas sejam relativas ao trabalho do extensionista no Incaper de Itapemirim e suas ações com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, já que a ação visando um aumento de participação pelo público-alvo em políticas públicas demonstrará se a ação teve êxito ou não.

O universo pesquisado foi composto por uma representação dos agricultores familiares em Itapemirim, que estavam sendo assistidos pelo Incaper deste município, sendo que a amostra identificou os membros de agricultores familiares atendidos no primeiro semestre de 2015, destacando a forma como se organizam socialmente, e ainda o uso das metodologias que garantam aprendizado ao público-alvo na forma de inserção destes nas políticas públicas.

#### **4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS**

A análise que se segue diz respeito a entrevista semi estruturada com duzentos e quarenta agricultores familiares, com questões abertas, realizadas durante as atividades extensionistas no Incaper de Itapemirim, no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2015.

Percebe-se neste caso que a atividade agropecuária do Município possui diversificação de produtos. Esta diversificação das propriedades implica em ter as variedades de produtos que são requeridas pelos cardápios propostos pelas iniciativas de



políticas públicas existentes (PAA, PNAE e feiras livres). A Tabela 1 apresenta as diferentes formas de organização social encontradas entre os agricultores entrevistados.

TABELA 1: REPRESENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM ITAPEMIRIM

Organizações Sociais	Agricultores Familiares
Associações	180
Cooperativas	30
Grupo/Mutirão	20
Sindicatos	7
Outros	3

Fonte: Incaper Itapemirim (2015)

Este resultado mostra que, existem representações de agricultores familiares nas diversas formas de organizações sociais. Este resultado é importante, pois permite identificar a forma de acesso aos mercados institucionais, já que a inserção do agricultor familiar em políticas públicas deve ocorrer de forma coletiva, principalmente através de associações e cooperativas, já que existem determinações legais, principalmente através de exigências de prestações de contas.

Quando questionados se comercializavam para o Governo Federal, Estadual ou Municipal por meio das políticas públicas, verificou-se que apenas 20 agricultores familiares entrevistados relataram utilizar como forma de comercialização para seus produtos agrícolas a Feira Municipal. Tal constatação responde à pergunta norteadora deste trabalho, indicando que os agricultores têm acessado insuficientemente as políticas públicas existentes. Sendo necessária uma intervenção nesta área, visto que o Assentamento Nova Safra pertence ao grupo prioritário destes programas.

A participação na vida da comunidade e associação é bem expressiva, assim como a participação na Igreja e em algumas Cooperativas de fora do Município como a Cooperativa de Laticínios SELITA, em Cachoeiro de Itapemirim, e a COOPERVIDAS, em Piúma. Também existe participação na Rede SICOOB e nos Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais que representam a categoria dos agricultores.

Quando questionados sobre se sabiam como funcionam as políticas públicas de aquisição de alimentos, todos agricultores familiares pesquisados disseram não saber. E quando questionados sobre a origem dos alimentos utilizados para repasse a famílias em vulnerabilidade social (Programa de Aquisição de Alimentos), e sobre a merenda escolar, os entrevistados disseram vir do governo. Este fato mostra o pouco conhecimento do Agricultor acerca de um mercado potencial para escoamento de sua produção agrícola, que são as políticas públicas.

Os agricultores foram unânimes ao afirmarem que têm interesse em fornecer

alimentos para o Governo por meio das políticas públicas existentes.

Em relação ao conhecimento sobre o PNAE, 230 famílias afirmaram conhecer o programa, mas 220 famílias desconhecem a priorização dos assentamentos no programa.

Quanto aos fatores limitantes à participação nas políticas públicas de alimentação e nutrição, os agricultores familiares alegaram principalmente a falta de capacitação e a falta de organização do Poder Público e dos próprios agricultores, como pode ser visualizado na Tabela 2.

**TABELA 2 – FATORES LIMITANTES À PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fatores limitantes	Agricultores
Falta de conhecimento	10
Falta de estímulo através das organizações sociais	220
Falta de capacitação	240
Falta de organização do Poder Público e dos agricultores	240

Fonte: Incaper Itapemirim (2015)

Um total de 220 agricultores familiares informaram que ainda não foram convidados pelo Poder público para comercializar para as políticas públicas existentes, e quando perguntadas sobre o que fazer para esta situação mudar, os agricultores elencaram os itens conforme apresentados na Tabela 3.

**TABELA 3 – SUGESTÕES PARA MUDANÇA**

Sugestões para mudar a situação	Número de famílias
Mais diálogo	240
Mais divulgação/informação	220
Mais compromisso do Poder Público	220

Fonte: Incaper Itapemirim (2015)

Este resultado assinala que deve haver uma mudança geral, tanto do poder público quanto das organizações sociais no Município de Itapemirim para a mobilização dos agricultores familiares na busca de acesso às informações que são imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável local, principalmente o acesso às Políticas Públicas, que foram construídas e consolidadas com a finalidade do Fortalecimento da Agricultura Familiar, é fundamental todas as famílias da amostra creem em uma perspectiva de melhoria na agricultura, incluindo uma maior adesão às políticas públicas, apesar das dificuldades apontadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se deste trabalho, que através de uma maior interação dos agricultores familiares, pode-se buscar conhecer e apropriar-se melhor das informações das Políticas Públicas com o Poder Público Municipal. Desta forma, as organizações sociais de agricultores familiares podem viabilizar o acesso às formas de comercialização dos seus produtos agrícolas com o Poder público.

Exemplos da apropriação de políticas públicas por organizações sociais podem ser verificados em dois municípios do Sul do Estado do Espírito Santo, em Mimoso do Sul, a Associação de Agricultores Familiares da Comunidade de Palmeiras vem desenvolvendo o PAA de forma exitosa, onde a entrega se dá junto as instituições sociais do Municípios e a prestação de contas junto à CONAB ocorre a partir do próprio bloco de notas fiscais de cada produtor rural; e em Iconha a Cooperativa de Agricultura Familiar desenvolve entregas ao PNAE desenvolvido pela SEDU junto a diversas escolas da rede estadual, ocorrendo divisão de tarefas entre os associados com relação às entregas, e principalmente através do corpo fiscal, na execução das notas eletrônicas, exigência legal prevista para esta forma de comercialização.

Apesar das dificuldades apontadas, os agricultores familiares reúnem condições de absorverem esta demanda, já que possuem diversificação de sua produção agrícola, como já apontado no Referencial Teórico, e que muito fortalecerá a ideia de trabalho em conjunto, que deve nortear todo conhecimento sobre o assunto.

O artigo apontou como maior limitação às políticas públicas a falta de diálogo entre agricultores familiares e Poder Público e observa-se a importância e necessidade de uma maior compreensão das informações dos Programas Governamentais.

Ainda de acordo com o resultado da pesquisa, seria necessário apresentar aos agricultores familiares as políticas públicas, pois desta forma os ensinamentos e orientações sobre o assunto podem eliminar a desinformação existente, alcançando assim a premissa estabelecida anteriormente no Referencial Teórico de que as metodologias participativas trabalhadas pelo Incaper em Itapemirim permitem aos agricultores familiares a possibilidade de acesso ao conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas organizações sociais, inclusive estendendo para a necessidade de mobilizá-los sobre a oportunidade de alcançarem outros objetivos, quando passam a realizar atividades econômicas através de organizações sociais, como por exemplo, a compra de insumos em conjunto, proporcionando diminuição nos preços destes.

Este fato implica em uma falha na pouca agregação dos agricultores familiares de Itapemirim na forma de organização social às Políticas Públicas existentes, já que existe a

presença de várias associações no meio rural do Município, mas estas não se viabilizam para operarem os Programas de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, por exemplo, limitando-se ao uso das Feiras Municipais, onde o trabalho ocorre de forma individualizada, já que o feirante resolve individualmente com o Município o repasse dos alimentos aos beneficiários em situação de vulnerabilidade econômica, através do uso de tickets, distribuídos em comunidades carentes, e trocados por gêneros hortifrutigranjeiros em dias previamente definidos, ratificando assim que a participação dos diversos atores sociais na implementação das ações junto às organizações sociais torna-se fundamental, conforme estabelecido no referencial teórico.

A presente pesquisa sinaliza ao Poder Público em Itapemirim, a necessidade de ações para atingir os agricultores familiares, dentre as sugestões apresentadas, aparecem propostas de cursos de associativismo, uso de recursos audiovisuais como vídeos, visitas, envolvimento de todas as comunidades rurais, palestras sobre Políticas Públicas.

Através da presente pesquisa, fica evidenciada a importância do trabalho com os agricultores familiares do Município de Itapemirim, no sentido de vocacioná-los a realizarem as suas atividades econômicas através da consolidação das organizações sociais, pois desta forma poderão realizar a comercialização de seus produtos de acordo com o que é estabelecido pelas Políticas Públicas. A pesquisa demonstra que levar informações aos produtores rurais sobre a necessidade de se articularem, demanda um esforço do Poder Público em se organizar neste sentido. Este deve usar ferramentas que sejam capazes de estimular no público-alvo a capacidade de mobilização em torno de um objetivo comum. Conforme o Referencial Teórico, as organizações sociais trarão a necessidade de uma mudança de postura delas, em função principalmente da capacidade administrativa a ser estabelecida.

Podemos perceber ainda que, mesmo as informações sobre políticas públicas sendo úteis aos agricultores familiares para que sejam capazes de consolidarem suas organizações sociais para este fim, o trabalho de implementação das ações ainda carece de contribuições dos diversos atores envolvidos, sendo assim, sugerimos outras pesquisas, visando atingir o embasamento do conhecimento necessário aos produtores rurais que estão nesta condição de não se articularem para a realização destas atividades econômicas demandadas pelo atual contexto social.

## 6 REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Série Programa de Formação Técnico – Social da EMATER/RS/Sustentabilidade e Cidadania, texto 5, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton & SILVA, Graziano da. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local**. Campinas: PRONEX-FINEP/FAPESP, 1997.

COSTABEBER, J. A; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, 2000.

SILVA, A.A. **Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER/RS**. Santa Maria, RS, UFRSM, 1992, 218 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal Rural de Santa Maria.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **Sustentabilidade Ambiental: Aspectos conceituais e questões controversas**. Ciclo de palestras sobre meio ambiente / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. 56 p.: il.

LEHMAN, H., **Clarifying the definition of sustainable agriculture**, *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. Vol. 6, no 2, 1993, pp127-143.

LOSS, Wolmar Roque & RODRIGUES, Lélío. **Painel: Potencialidade Agrícola do Estado do Espírito Santo**. II Simpósio."A Agropecuária Capixaba no limiar do Século XXI.Ameaças e Oportunidades.1997, Vitória, ES: palestras, painéis e debates. Vitória,ES:SEEA, 1998.

GONZALES, R. Esperanza. **Manual sobre participação e organização para a gestão local**. Cali: Foro Nacional por Colômbia, 1995. 137p.

TURRA, Fabianne Ratzke et al. **Associações e cooperativas**. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), 2002. 60 p.

LAGO, Adriano; HEGEDUS, Pedro de; MACHADO João A. Dessimon. **Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do Município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de Extensão**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 6, Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de aquisição de alimentos – PAA**. Brasília (DF): MDS, 2010a (Caderno base III Seminário Nacional do PAA).

MEDEIROS, Leonilde S. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas**. Rio de Janeiro (RJ), 2011. (Relatório de pesquisa).

MOREIRA, Crispim et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Fome Zero**. In: ARANHA, Adriana V. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília (DF): MDS, v.II, 2010, p. 206-218.